

1 **Ata da 7º Reunião Ordinária do Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos** 2 **dos Agrotóxicos**

3
4 Aos vinte e dois dias do mês de novembro de 2017, às 9h30min, na sede do
5 Ministério Público do Estado do Tocantins – MP/TO, o Procurador de Justiça e
6 coordenador do Fórum, Dr. José Maria da Silva Júnior, deu início à sétima Reunião
7 Ordinária do Fórum com as boas vindas aos presentes. Lista de presença no anexo
8 I. Posteriormente, foi lida a pauta da reunião: 1- aprovação da Ata da 6ª Reunião
9 Ordinária do Fórum; 2- informes da Coordenação; 3- análise e aprovação do site do
10 Fórum; 4- apresentação do andamento do Plano de Trabalho pelos relatores das
11 Comissões Temáticas; 5- palavra livre e encerramento. Colocada em apreciação, a
12 Ata da 6ª Reunião Ordinária foi aprovada à unanimidade pelo plenário. No segundo
13 item de pauta, Informes da Coordenação, o Dr. José Maria, apresentou pontos para
14 reflexão e o diagnóstico realizado em março de 2016 quando da criação do Fórum e
15 propiciou o debate e avaliação dos avanços realizados nesse um ano e oito meses
16 desde a instituição do Fórum. No debate, os presentes concluíram que alguns
17 tópicos levantados em 2016 ainda permanecem como desafios e outros evoluíram
18 de forma significativa. Dentre aqueles que ainda merecerem esforço das instituições
19 integrantes do Fórum para melhoria está a carência de recursos humanos
20 capacitados para o tema agrotóxicos, de equipamentos e de recursos financeiros
21 das instituições de monitoramento e controle do uso, comercialização, logística
22 reversa das embalagens de agrotóxicos e das instituições de fiscalização ambiental.
23 Outra carência é a de capacitação dos agricultores familiares, pequenos e médios
24 produtores rurais para a agroecologia e também para o uso criterioso de
25 agrotóxicos. Ainda permanece a dificuldade para a obtenção de informações sobre
26 o uso de agrotóxicos no Estado do Tocantins, como dados sobre quantidade, tipo
27 de princípio ativo, municípios que mais utilizam, dados de recolhimento de
28 embalagens, informações de apreensão de produtos clandestinos e ou
29 contrabandeados e também dados de notificação por contaminação por
30 agrotóxicos. A desatualização da legislação vigente sobre agrotóxicos é outro
31 problema. Os avanços estão na atuação sistematizada e concertada das
32 instituições que integram o Fórum, os investimentos na estrutura do Laboratório de
33 Química da UFT para a análise de agrotóxicos em diversos meios (água, alimentos,
34 solo etc), com foco na análise de água em 2018. A priorização de seis municípios
35 (Campos Lindos, Lagoa da Confusão, Pedro Afonso, Porto Nacional, Peixe e
36 Palmas) pela Secretaria da Saúde para a elaboração e implantação de planos
37 municipais de agrotóxicos e capacitação dos operadores de saúde para a
38 notificação de casos de intoxicação. A professora Conceição indicou a possibilidade
39 de unir a “Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida” com o Fórum
40 devido, principalmente, os atores da Campanha e do Fórum serem os mesmos e
41 também de os objetivos serem similares. Foi explicado que a Campanha pertence
42 aos movimentos sociais e um representante da Campanha faz parte do Fórum
43 como convidado, mas cada um seguirá seu caminho e atuará de forma conjunta
44 quando pertinente. Os presentes também comentaram sobre a desconstrução do
45 arcabouço de regulações e legislações sobre agrotóxicos o que pode ser ainda
46 mais prejudicial ao meio ambiente e à saúde humana. Ficou acordado que a
47 coordenação do Fórum verificará junto ao Fórum Nacional as providências tomadas
48 para evitar esse tipo de desmonte da legislação sobre o tema. Quanto ao
49 contrabando de agrotóxicos ficou acordado que a Coordenação do Fórum entrará
50 em contato com o serviço de inteligência da Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal
51 (PRF), Polícia Federal e Ministério Público Estadual para solicitar que utilizem a
52 expertise que possuem para o combate ao contrabando de drogas para atuar no

53 combate ao contrabando de agrotóxicos. Foi definido que haverá uma campanha de
54 monitoramento e fiscalização da pulverização aérea nesta safra. Haverá também
55 solicitação da Coordenação Fórum ao INPEV para o envio de dados sobre
56 recolhimento de embalagens em 2016 e 2017 no Estado do Tocantins para atualizar
57 as informações sobre o tema. No terceiro ponto de pauta, os integrantes do Fórum
58 analisaram e aprovaram o site, no entanto, pediram que fossem inseridos, na aba
59 publicações, o Dossiê Abrasco 2015 e a Cartilha do Pronara. Foi acordado ainda
60 que haverá um regulamento de publicações no site. No quarto item de pauta,
61 apresentação do Plano de Trabalho, a Comissão 1 não fez a apresentação; a
62 Comissão 2 informou que neste trimestre houve a realização de um curso de
63 formação e a Comissão 3 disse que a minuta da lei estadual de agrotóxico já foi
64 discutida pela Comissão e segue para análise do Fórum (em anexo). Na palavra
65 livre a Semus informou sobre a realização em 5 de dezembro do II Fórum de
66 Vigilância em Saúde. Nada mais havendo a ser tratado, a 7ª Reunião Ordinária foi
67 encerrada, às 12h, cuja ATA foi por mim, Marli Teresinha dos Santos, analista
68 ministerial especializada do Ministério Público do Estado, redigida e assinada.